Out / Nov / Dez 2024 . número 27 . PVP €4,95

AGIR

PELOS DIREITOS HUMANOS

AS SUAS PALAVRAS MUDAM VIDAS!

NOVOS COMEÇOS

Uma Chamada à Ação pelos Direitos Humanos

REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL

Políticas do Governo contrastam com retrato nacional

NESTA EDIÇÃO:

6 Uma Campanha que muda vidas!

14 Revisão Periódica Universal

16 Novos começos

18 Experiência no Regional Activism Skillshare em Londres

A AGIR é a revista da Amnistia Internacional Portugal publicada quatro vezes por ano.

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Amnistia Internacional Portugal

Equipa Editorial:
Direção - Miguel Marujo
Paginação e gráfismo - Paulo Tavares

Colaboram neste número:
Ana Teresa Santos, Clara Duarte, Inês Santos, Inês Subtil, Leonor Gomes, Manuel Almeida dos Santos e Vera d'Orey Mayan

Revisão: José Alexandre Silva
Imagem da capa: ©Amnesty International
Impressão: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda.

AMNISTIA INTERNACIONAL

CONTACTOS
Amnistia Internacional Portugal
Rua Dr. José Joaquim de Almeida, Nº2,
3º Andar - A e B, 2780-337 Oeiras

aiportugal@amnistia.pt
revista@amnistia.pt

www.amnistia.pt

facebook.com/amnistiapt

twitter.com/AmnistiaPT

instagram.com/amnistiapt/

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus signatários. Excluída de Registo pela ERC

EDITORIAL

MIGUEL MARUJO
Diretor de Comunicação

A história de Sasha dá-nos esperança

A Sasha esteve mais de dois anos detida na Rússia, por ter criticado a guerra do regime de Putin contra a Ucrânia. Na hora da sua libertação, emocionou-se a agradecer a quem, sem a conhecer de lado nenhum, pressionou as autoridades russas para a libertar. "Quero dizer um enorme obrigado à Amnistia Internacional. É difícil expressar a minha gratidão em palavras, porque, em grande medida, estou aqui graças a vós", disse Sasha, artista e ativista antiguerra, foi após ser libertada em agosto de 2024.

É difícil medir todos os dias o alcance de um simples gesto, como assinar uma petição ou escrever uma carta. Sasha, como Bernardo, Maung ou Germain — cujos casos recordamos nas páginas deste número da Agir — devem a liberdade à ação de muitos anónimos que se uniram, por todo o mundo, em anos diferentes, para pedir a sua libertação. É este o poder da Maratona de Cartas, a campanha que mexe durante os meses de novembro, dezembro e janeiro com milhões de pessoas que, através da Amnistia Internacional, contactam com as suas histórias. Este ano, em Portugal, trazemos-vos seis histórias, que retratam lutas pessoais e coletivas de gente como nós que, algures no mundo, vê-se impedida de dizer o que pensa, de vestir o que quer, de criticar ou denunciar o que está mal, de pedir mudanças ou defender as suas terras e as suas ideias.

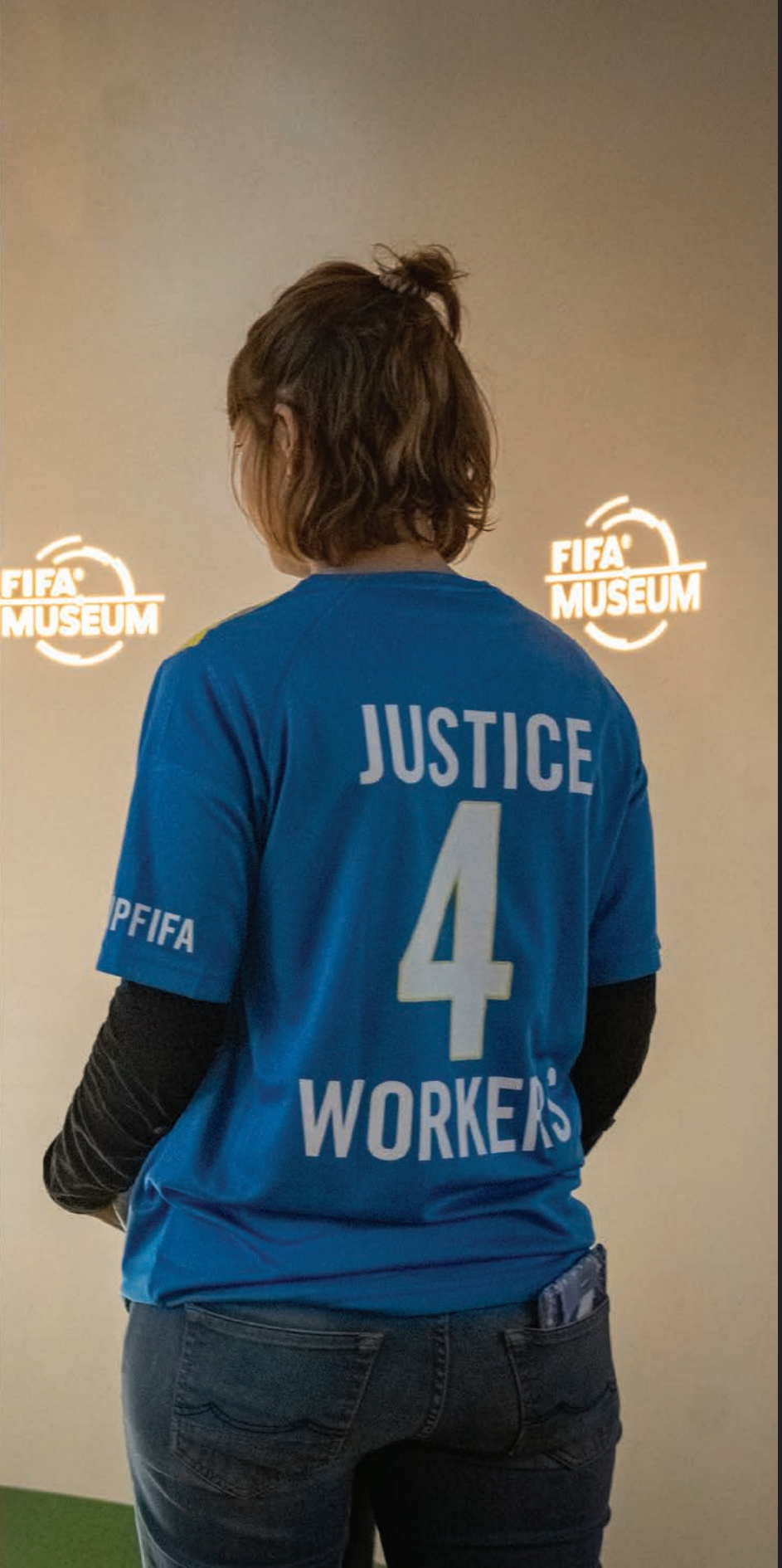
Em 2022/23, Sasha teve mais de 594 mil ações em seu favor. Para 2025, esperamos que novas ações (e cartas e petições) possam trazer para Manahel, Maryia, Neth, Kyung, Şebnem e a comunidade indígena Wet'suwet'en a mesma oportunidade de liberdade e justiça.

Na Faixa de Gaza, a Amnistia Internacional encontrou bases suficientes para concluir que Israel cometeu e continua a cometer genocídio contra os palestinianos na Faixa de Gaza ocupada. Não foi uma conclusão de ânimo leve, mas o relatório de quase 300 páginas que a Amnistia Internacional divulgou a 5 de dezembro ("É como se fossemos sub-humanos": O genocídio de Israel contra os palestinianos em Gaza, disponível na íntegra em www.amnistia.pt) é um documento muito importante para estes tempos de incerteza, em que os populismos, os ditadores e o autoritarismo parecem mimetizar os tempos mais escuros da história mundial recente.

Israel cometeu e está a cometer genocídio contra os palestinianos em Gaza após 7 de outubro de 2023, através das suas políticas, ações e omissões. A documentação da organização constatou que Israel cometeu atos proibidos pela Convenção sobre o Genocídio com a intenção específica de destruir os palestinianos em Gaza.

Talvez seja difícil reparar o que se passa na Palestina, e alcançar o cessar-fogo, mas neste caso, como nos da Maratona de Cartas, movemo-nos com a mesma convicção, a de que há gestos que podem mudar vidas. O alerta da Amnistia com este relatório, pode ser um abalo nas consciências de tantos que insistem em falhar no essencial: devolver a esperança a todos os que vivem na Faixa de Gaza.

JUSTICE
4
VORKERS
FIFA WORLD CUP
TROPHY



©Amnesty International

O Mundial no Catar já fez soar os alarmes: os direitos dos trabalhadores que trabalharam nas obras de construção dos estádios e das infraestruturas necessárias foram desrespeitados em toda a linha. Uma e outra vez. Agora, com a atribuição do Campeonato do Mundo de Futebol de 2034 à Arábia Saudita, a Amnistia Internacional lança o alerta de que muitas vidas ficam em risco, juntando-se a outras 20 organizações condenando a decisão como um "momento de grande perigo" para os direitos humanos.

A decisão imprudente da FIFA colocará muitas vidas em risco. Com base em provas claras até à data, a FIFA sabe que os trabalhadores serão explorados e até morrerão se não houver reformas fundamentais na Arábia Saudita e, no entanto, optou por avançar mesmo assim. A organização arrisca-se a assumir uma pesada responsabilidade por muitas das violações dos direitos humanos que se seguirão.

O processo de candidatura imperfeito da FIFA também foi evidente na atribuição do Campeonato do Mundo de 2030, com riscos significativos para os direitos humanos que não foram abordados.

Na imagem, uma ação da Amnistia Internacional no museu da FIFA, em Zurique, Suíça, para denunciar o facto de a FIFA continuar sem compensar os trabalhadores migrantes, como reiteradamente tem denunciado a Amnistia Internacional.

DOSSIÊ

MARATONA DE CARTAS: UMA CAMPANHA QUE MUDA VIDAS!

ANA TERESA SANTOS
Coordenadora de Mobilização e Campanhas

MARATONA DE CARTAS

AMNISTIA INTERNACIONAL

AMNISTIA.PT/MARATONA

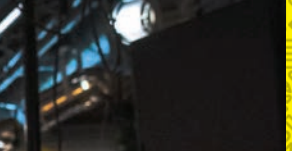
O que começou em 2001 com um pequeno grupo de ativistas da secção polaca, é hoje a maior campanha global da Amnistia Internacional. Até à última edição da Maratona de Cartas tinham sido enviadas mais de 56 milhões de cartas, e para mais de 100 indivíduos em risco a Maratona de Cartas contribuiu para que os seus casos tivessem evoluído positivamente.

O QUE É A MARATONA DE CARTAS?

Há mais de 20 anos que a Amnistia Internacional dinamiza em todo o mundo a Maratona de Cartas. O conceito é simples, tal como numa Maratona, convidamos as pessoas a, num curto espaço de tempo, fazerem todos os esforços para juntos conseguirmos uma vitória: a de devolver a liberdade ou pressionar para que haja justiça para pessoas ou comunidades que viram os seus direitos humanos violados em várias partes do mundo.

Tudo começa com um rigoroso trabalho de investigação das equipas da Amnistia Internacional por todo o mundo. Depois de analisarem documentação, entrevistarem várias pessoas e recolherem o consentimento de todos os envolvidos, são selecionados os casos de indivíduos ou comunidades em risco que estarão em destaque na Maratona de Cartas.

Segue-se a fase de produção de materiais de divulgação, tradução e preparação dos eventos de mobilização. Cada secção da Amnistia tem a liberdade de escolher a duração da Maratona no seu país e os casos que poderá trabalhar. Em Portugal, há já vários anos que a Maratona tem a duração de três meses, entre novembro e janeiro, permitindo assim um trabalho mais estruturado de mobilização e divulgação, junto por exemplo do público escolar.



Durante a Maratona de Cartas as pessoas são convidadas a participar de três formas:

Escrevendo ou assinando online as petições dirigidas aos responsáveis que têm o poder de mudar a situação de violação dos direitos humanos dos casos em destaque. Esses responsáveis podem ser Presidentes, primeiros-ministros, ministros da justiça, procuradores-gerais, etc.

Escrevendo mensagens de solidariedade dirigidas diretamente às pessoas em destaque na Maratona ou aos seus familiares, dando força e alento numa altura difícil da sua vida.

Fazendo donativos para apoiar as pessoas ou comunidades em risco.

A partir do momento em que a Maratona de Cartas se inicia, começam a ser recolhidas assinaturas para as petições e mensagens de solidariedade e a Amnistia Internacional dinamiza uma série de atividades para conseguir fazer chegar a história dos indivíduos ainda mais longe. Exemplos desses eventos são o Ciclo de Cinema da Maratona de Cartas e o Dia de Ação Conjunto.

CICLO DE CINEMA

Nesta 23ª edição da Maratona, como forma de diversificar o público envolvido na Maratona de Cartas e proporcionar momentos de aprendizagem mais aprofundada sobre os casos, foram dinamizadas sessões de cinema, com a exibição de filmes e documentários relacionados com os seis casos da Maratona de Cartas. Essas sessões contaram ainda com momentos de conversa e debate com especialistas, familiares e membros da equipa da Amnistia, sobre as violações de direitos humanos em destaque em cada caso.

As sessões decorreram e foram realizadas em parceria a com o **"Avenidas – Um Teatro em Cada Bairro"**, em Lisboa:

- **6 de novembro – "É proibido falar em Angola"**
- **20 de novembro – "Quem, se não nós? A luta pela democracia na Bielorrússia"**
- **4 de dezembro – "Vidas desafiantes"**
- **18 de dezembro – "Fuga da Arábia Saudita"**
- **8 de janeiro – "Esqueletos no Armário"**
- **22 de janeiro – "Yintah"**

DIA DE AÇÃO CONJUNTO: 10 DE DEZEMBRO

Para celebrar o Dia dos Direitos Humanos, a 10 de dezembro, lançámos o desafio às estruturas locais, escolas e entidades participantes para dinamizarem atividades que assinalassem o Dia dos Direitos Humanos e a Maratona de Cartas.

De Moimenta da Beira a São Miguel nos Açores foram muitas as atividades organizadas pelas escolas e pelas estruturas, a demonstrar que somos muitas e muitos a dar voz aos casos da Maratona de Cartas.

Em Oeiras, a nova sede da Amnistia Internacional esteve 10 horas de portas abertas, com muitas ações de ativismo desde workshops de ilustração de postais, aulas de zumba pela Manahel, talks sobre o fim dos combustíveis fósseis e sobre liberdade de expressão, quizz de direitos humanos e um café-concerto, num dia inteiramente dedicado aos Casos da Maratona de Cartas 2024.

Continuaremos a mobilizar milhares de pessoas em Portugal, recolhendo assinaturas para as petições dirigidas aos decisores políticos que podem atuar para resolver estas violações de direitos humanos, mas também mensagens de solidariedade destinadas aos protagonistas dos casos e que lhes dão força e alento nestes tempos mais difíceis.

Conheça nas páginas seguintes os seis casos adotados pela secção portuguesa este ano e participe:

AS SUAS PALAVRAS MUDAM VIDAS!

“SONHO COM UM MUNDO ONDE NINGUÉM É DEIXADO PARA TRÁS”

KYUNG SEOK PARK

Coreia do Sul

ASSINE JÁ!

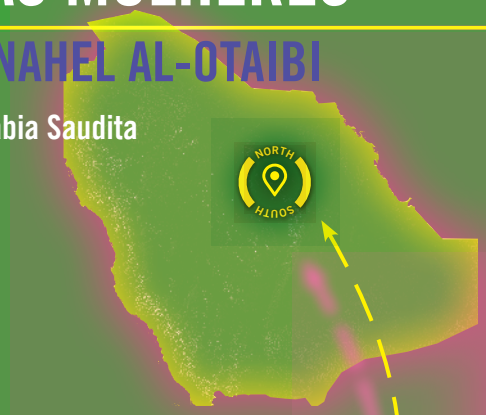
www.amnistia.pt/maratona

Photos: © Amnesty International (Photo: Yoon Na), © SADD

ONZE ANOS DE PRISÃO POR APOIAR OS DIREITOS DAS MULHERES

MANAHEL AL-OTAIBI

Arábia Saudita



ASSINE JÁ!

www.amnistia.pt/maratona

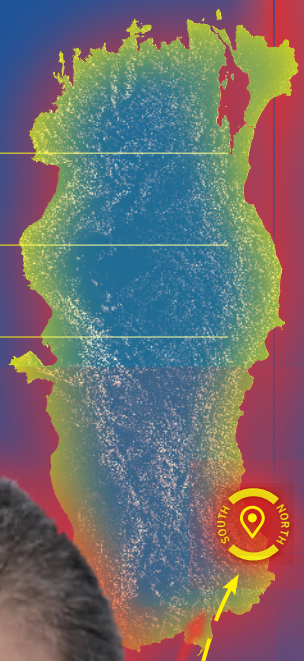
AGIR PELOS DIREITOS HUMANOS

Photos: © Private, © Tim E White/Getty

CONDENADA POR DEFENDER OS DIREITOS HUMANOS

ŞEBNEM KORUR FINCANCI

Turquia



Photos: © Private, © Pexels

ASSINE JÁ!

www.amnistia.pt/maratona

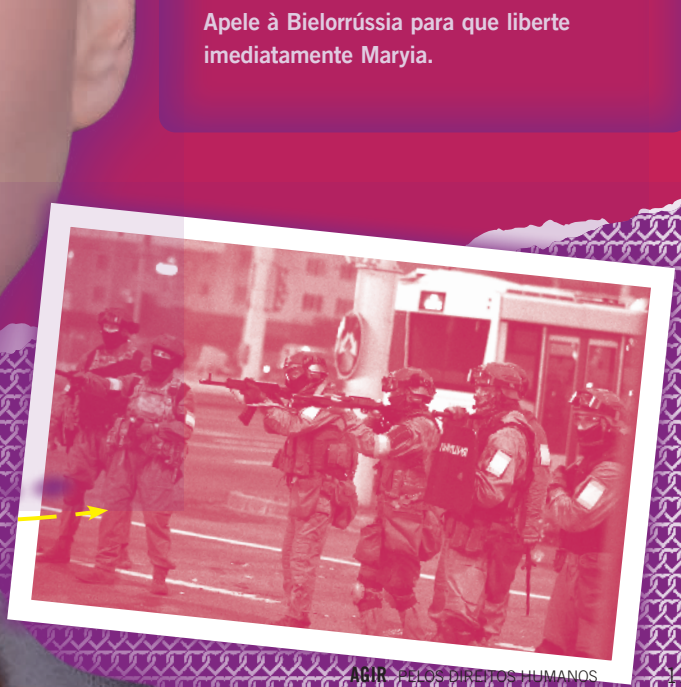
ATIVISTA POLÍTICA RAPTADA E CONDENADA A ONZE ANOS DE PRISÃO

MARYIA KALESNIKAVA

Bielorrússia

A ativista política Maryia Kalesnikava atreveu-se a desafiar o governo repressivo da Bielorrússia.
No dia 7 de setembro de 2020, Maryia foi raptada pelas autoridades bielorrussas, levada para a fronteira, onde resistiu à deportação rasgando o seu passaporte. Foi detida e, mais tarde, condenada a onze anos de prisão por falsas acusações. A família de Maryia não tem notícias dela há mais de um ano.

Apele à Bielorrússia para que liberte imediatamente Maryia.



ASSINE JÁ!

www.amnistia.pt/maratona

Photos: © Private © Nasha Niva

LUTAM PARA PROTEGER AS SUAS TERRAS ANCESTRAIS E O NOSSO PLANETA

DEFENSORES DA NAÇÃO WET'SUWET'EN

Canadá

ASSINE JÁ!

www.amnistia.pt/maratona

Photos: © Amnesty International (Photo: Alli McCracken)

TIKTOKER PRESA POR CRITICAR O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

NETH NAHARA

Angola

ASSINE JÁ!

www.amnistia.pt/maratona

Photos: © Private, © Jose Silva Pinto

REVISÃO PERIÓDICA UNIVERSAL

POLÍTICAS DO GOVERNO CONTRASTAM COM RETRATO NACIONAL FEITO ÀS NAÇÕES UNIDAS

Em novembro, uma delegação do governo apresentou em Genebra, na Suíça, o relatório nacional sobre a situação dos direitos humanos em Portugal. A comitiva portuguesa respondeu às recomendações dos 193 Estados-Parte, destacando os resultados alcançados desde o último ciclo de avaliação. Contudo, parte dos avanços anunciados têm sido alvo, nos últimos meses, de mudanças profundas.

INÊS SUBTIL
Coordenadora de Investigação

Aconteceu no início de novembro. Apesar de ter passado despercebido, é um dos eventos que vale a pena marcar no calendário a cada quatro anos. Chama-se Mecanismo de Revisão Periódica Universal (RPU ou UPR, Universal Periodic Review, em inglês) um nome que pode dizer pouco a muita gente, mas que serve como uma espécie de bússola para os países em matéria de direitos humanos. Um processo fundamental em que é realizado um exame em detalhe, entre pares, do desempenho de cada país avaliado e onde são feitas propostas de melhorias até ao novo ciclo. Ou nas palavras do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Nuno Sampaio, chefe da delegação portuguesa, "um útil exercício que nos permite aferir os nossos progressos, mas também apercebermo-nos das nossas insuficiências".

DISCRIMINAÇÃO, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E CASAMENTO INFANTIL

O foco está precisamente em identificar essas falhas e para isso é fundamental a revisão feita pelos três Estados-parte selecionados para compor a "troika" de avaliação deste 4º ciclo (Alemanha, Gâmbia e Cazaquistão), mas também pelos 191 Estados-Parte restantes do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, as instituições nacionais, as organizações da sociedade civil, onde se inclui a Amnistia Internacional – Portugal que preparou um documento com

28 recomendações em nove áreas: tortura, maus-tratos e uso excessivo de força; condições de detenção e prisão; discriminação, racismo e xenofobia; violência de género; direitos sexuais e reprodutivos; liberdade de expressão, associação e reunião; direito à habitação; direitos laborais; migrantes, requerentes de asilo e refugiados.

Na sessão em Genebra, a maioria dos países salientou a necessidade urgente de Portugal implementar medidas efetivas de combate à discriminação, racismo e aos discursos de ódio em relação a pessoas ciganas e afrodescendentes, bem como assegurar que todas as queixas de tortura e maus-tratos por parte das forças de segurança sejam investigadas de forma célere por um organismo independente (o que não acontece).

Em linha com as propostas da Amnistia, os Estados-Parte reforçaram ainda a importância de contrariar os números da violência doméstica e de género; de fazer alterações ao código penal tanto para proibir o casamento a menores de 18 anos; e garantir que a definição de violação na lei portuguesa está em conformidade com a Convenção de Istambul.

LIMITES NO ACESSO À SAÚDE CONTRADIZEM AVANÇOS APRESENTADOS

A quarta revisão de Portugal acertou em cheio nos 50 anos das comemorações da revolução de Abril e na data que se pensa ter nascido há 500 anos Luís de Camões. Coincidências à parte, 2024 foi também ano de eleições legislativas e de mudança de governo, o que explica que a grande maioria dos avanços anunciados pela delegação portuguesa tenham sido trabalho do anterior executivo.

Contudo, menos de dois meses depois da sessão em Genebra, entre a descrição feita pela delegação portuguesa e as recentes decisões do atual Governo há óbvias contradições. Senão veja-se. "Todos os governos portugueses têm pugnado por um Serviço Nacional de Saúde que mantenha o seu atual cariz não discriminatório, que presta assistência àqueles que dela necessitam, independentemente da sua situação económica, nacionalidade ou estatuto jurídico, incluindo migrantes em situação irregular". A frase dita pela Secretária de Estado da Ação Social e Inclusão, Clara Marques Mendes, choca de frente com as recentes alterações propostas para o acesso de estrangeiros aos cuidados de saúde em Portugal. E não é a única. Também na habitação, os "limites ao aumento das rendas" referidos pela delegação portuguesa contradizem tanto a revogação das medidas do programa "Mais Habitação", como as novas regras para a migração que vieram agravar um outro problema, a falta de mão-de-obra no sector da construção civil.

OPERAÇÕES POLICIAIS A MIGRANTES LANÇAM ALERTAS

Também as recentes operações policiais na zona do Martim Moniz, em Lisboa, com várias dezenas de pessoas – sem evidência de que tivessem ou fossem suspeitas de terem cometido algum crime – obrigadas pela PSP a permanecer encostadas à parede enquanto eram revistadas por agentes, numa pretensa ação de "prevenção criminal", coloca várias dúvidas à Amnistia Internacional. Em especial, quando parece haver uma desproporcionalidade clara entre os meios usados e os resultados obtidos.

Em Genebra, Marta Feio, vogal do Conselho Diretivo da AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo), afirmou que "a garantia dos direitos dos migrantes é para nós uma prioridade", mas no terreno e no discurso o governo tem contrariado estas palavras pela legitimação de práticas xenófobas, securitárias e violentas. As "perceções de insegurança" defendidas pelo executivo não encontram respaldo nos factos. O Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo lembra que "imigração ilegal não é sinónimo de criminalidade" e os números mostram que nos municípios com maior peso de imigrantes há menos criminalidade. Talvez por isso vários países continuem a pressionar para que Portugal ratifique a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros das Suas Famílias.

A expetativa da Amnistia Internacional – Portugal é que o país possa aprender nesta avaliação e "passar de ano com positiva" em matéria de direitos humanos.

Novos Começos: Uma Chamada à Ação pelos Direitos Humanos

A DIREÇÃO

© Paulo Tavares

A história dos direitos humanos é, em si, uma narrativa de fins e recomeços, marcada por ciclos de progresso e retrocessos que moldaram o mundo como o conhecemos. Desde a abolição da escravatura, passando pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, até aos movimentos contemporâneos por justiça social, cada conquista foi precedida por períodos de luta intensa e resistência. Muitas vezes, crises profundas, como guerras, genocídios e regimes opressivos, expuseram as piores violações à dignidade humana, mas também serviram como catalisadores para novos pactos sociais e políticos que renovaram o compromisso global com a proteção dos direitos fundamentais.

Cada recomeço, no entanto, não representa um ponto final, mas sim o início de novos desafios. As promessas das grandes cartas e tratados nem sempre se concretizaram de forma universal, exigindo movimentos contínuos de monitorização e adaptação às realidades em constante evolução. Recomeços como o surgimento do movimento feminista global, a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos da América ou as recentes mobilizações contra as alterações climáticas ilustram como os direitos humanos permanecem uma obra em construção. Estes marcos lembram-nos que cada fim aparente é, na verdade, uma oportunidade para reimaginar e fortalecer os alicerces de um futuro mais justo e inclusivo.

UM OLHAR SOBRE A LIDERANÇA NA AMNISTIA INTERNACIONAL

O conceito de "novos começos" é especialmente relevante no contexto da Amnistia Internacional, refletindo a contínua necessidade de adaptação e evolução da nossa organização. À medida que nos aproximamos das eleições para novos membros da Direção e demais órgãos sociais, que tomarão posse em 2025, esta ideia torna-se um convite para avaliar criticamente o caminho percorrido, aprender com os desafios enfrentados e renovar o compromisso com os valores que nos unem.

Este é um momento de reflexão sobre o passado recente, marcado por um crescimento significativo da nossa secção nos últimos nove anos. Embora esse crescimento tenha sido reconhecido pelo movimento internacional como um exemplo de sucesso, também trouxe consigo novos desafios e complexidades. Este "novo começo" não se trata apenas de renovar o compromisso com os direitos humanos, mas de adaptar a nossa estrutura e práticas para responder de forma mais eficaz aos desafios do presente e do futuro. Mais do que uma simples transição de liderança, este momento representa uma oportunidade para reimaginar estratégias, fortalecer o impacto da nossa ação e garantir que a nossa secção continua a ser um exemplo de resiliência e compromisso com a visão de "uma única Amnistia" (One Amnesty) no nosso modelo organizacional, inspirados pelos princípios de liderança feminista delineados na Estratégia Global do Movimento 2022-2030 . Esta é uma oportunidade para fortalecer ainda mais a nossa cultura organizacional, tornando-a mais ágil, inclusiva e eficaz, para que possamos continuar a impulsionar o nosso trabalho em defesa dos direitos humanos, enfrentando com determinação os desafios que surgem com o nosso crescimento e garantindo que estamos preparados para as oportunidades que virão.

ELEIÇÕES PARA OS ÓRGÃOS SOCIAIS: O FUTURO DA AMNISTIA INTERNACIONAL - PORTUGAL

Em dezembro, a Amnistia Internacional - Portugal não apenas elegerá novos membros para os órgãos sociais, mas também traçará o rumo para os próximos anos, num momento decisivo para o futuro da organização. Este processo representa uma oportunidade única de reforçar os princípios de liderança feminista em todas as dimensões do nosso trabalho, promovendo uma cultura de colaboração. Mais do que escolher lideranças, esta é uma ocasião para fortalecer a participação democrática e o envolvimento ativo de cada membro na construção de um movimento mais forte e representativo.

Cada membro tem o poder de votar, mas também o dever de participar ativamente neste processo. Este é o momento de refletir sobre questões fundamentais que definirão o futuro da secção: Que tipo de liderança será mais eficaz para enfrentar os desafios contemporâneos? Como podemos promover ligações mais fortes entre membros, voluntários e ativistas? De que formas podemos motivar uma participação mais ativa e diversa nas Assembleias Gerais, garantindo representatividade e inclusão? Como podemos integrar melhor a juventude e os ativistas nos processos estratégicos, de modo a moldar um movimento que reflita a diversidade e a energia das bases?

A eleição dos órgãos sociais é uma responsabilidade coletiva que requer o compromisso de todos os membros. Somente

com a participação ativa e consciente será possível assegurar que as decisões tomadas reflitam as necessidades, ambições e diversidade do movimento. Este é um momento para renovar o nosso compromisso com os direitos humanos e com a construção de uma organização que, fiel aos seus valores, seja um exemplo de justiça, igualdade e democracia participativa.

VOTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE ATIVISMO: UM NOVO IMPULSO PARA A MOBILIZAÇÃO PELOS DIREITOS HUMANOS

A Assembleia Geral de 14 de dezembro marcará outro momento significativo para a Amnistia Internacional - Portugal, com a votação da Estratégia de Ativismo. Este é mais um passo no compromisso contínuo da organização em adaptar-se às exigências do presente e construir um movimento ainda mais participativo, inclusivo e impactante. Este desenvolvimento segue a aprovação prévia da Estratégia de Juventude , que visa fortalecer o envolvimento dos jovens na tomada de decisão da secção, reconhecendo o papel essencial que as novas gerações desempenham no futuro da luta pelos direitos humanos.

Com a proposta da Estratégia de Ativismo, a organização dá um passo adicional para dinamizar e inovar a forma como os ativistas se envolvem e contribuem para a missão da Amnistia, procurando novas formas de mobilizar pessoas, fortalecendo o impacto das campanhas e garantindo que a atividade de ativismo se torne mais acessível e motivadora para todos. Com o crescimento significativo da secção portuguesa nos últimos anos, esta estratégia também tem como objetivo garantir que os ativistas têm o apoio necessário para navegar pelos desafios organizacionais e manter o entusiasmo pela defesa dos direitos humanos.

Estas estratégias, juntas, refletem a visão de uma "única Amnistia" no modelo organizacional, onde todas as iniciativas estão alinhadas para criar uma organização mais coesa e eficaz. A integração do ativismo e da juventude como pilares fundamentais é um reflexo do compromisso contínuo da Amnistia Internacional - Portugal com a justiça social, a inclusão e a construção de um movimento que não só reage aos desafios, mas os antecipa e lidera com inovação e resiliência. O apoio e participação dos membros na Assembleia Geral serão cruciais para transformar esta visão em ação e garantir que a organização continua a crescer de forma sustentável e impactante.

Este é um momento para renovar o nosso compromisso com os direitos humanos e reafirmar o propósito que une todos os que fazem parte da Amnistia Internacional: agir por um mundo mais justo e inclusivo, onde a dignidade humana seja respeitada em todas as suas formas. Trata-se de consolidar a visão de uma organização que não apenas defende esses princípios externamente, mas também os vive internamente, tornando-se um exemplo de como a igualdade e a democracia participativa podem ser integradas no dia a dia da sua estrutura e funcionamento.

Ao renovar este compromisso, reafirmamos a nossa determinação em enfrentar os desafios contemporâneos com coragem e inovação. É uma chamada para construir uma organização que valorize a diversidade como força motriz, que fomente o diálogo aberto e inclusivo, e que promova processos colaborativos mantendo a transparência. Este é um momento para não apenas refletir sobre o impacto que desejamos ter no mundo, mas também para garantir que o nosso movimento reflete os valores que buscamos alcançar globalmente, inspirando confiança, unidade e ação coletiva em todas as suas dimensões.

REFORÇAR A LIDERANÇA REFORÇANDO COMPETÊNCIAS

A Direção e os órgãos sociais da Amnistia Internacional - Portugal têm enfrentado uma série de desafios que refletem dificuldades comuns a muitas organizações baseadas no voluntariado e na participação ativa dos seus membros. O crescimento da nossa secção, a evolução das necessidades e as exigências de um mundo em constante mudança obrigam a uma adaptação contínua da nossa estrutura e capacidades. No entanto, a busca por novos membros dispostos a integrar os órgãos sociais tem se revelado uma das maiores dificuldades. A escassez de candidatos é ainda mais complexa, uma vez que é necessário garantir que os mesmos possuam as competências necessárias para desempenhar adequadamente as funções, assegurando uma liderança eficaz e alinhada com as normas do movimento e com os desafios contemporâneos enfrentados pela organização.

De facto, esta dificuldade pode enfraquecer a capacidade de liderança e tomada de decisão da secção, colocando em risco a nossa relevância e impacto no movimento global pelos direitos humanos. Para responder a este desafio, a implementação de um "Comité" Independente de Nomeações, conforme prescrito nas Normas Fundamentais do Movimento, e já aplicado noutras secções e no movimento internacional, poderia ser uma solução eficaz. Este comité teria a responsabilidade de identificar lacunas de competências nos órgãos sociais e de conduzir um processo independente, com o objetivo de colmatar essas lacunas de forma estratégica. Além disso, poderia atuar como um facilitador para promover maior diversidade e inclusão nos órgãos sociais, assegurando que as diferentes experiências, perspetivas e talentos dos nossos membros sejam adequadamente representados.

Além disso, poderia desempenhar um papel crucial no planeamento do processo de indução de novos membros dos órgãos sociais, garantindo uma transição fluida e estratégica de liderança, ao mesmo tempo que prepara os próximos líderes da organização. A implementação desta ferramenta não só ajudaria a enfrentar os desafios atuais, mas também reforçaria a sustentabilidade e a relevância da Amnistia Internacional - Portugal no longo prazo. Com processos mais transparentes e estruturados para a escolha de lideranças, a organização poderia atrair novos talentos, fortalecer a confiança dos membros e alinhar-se com as melhores práticas internacionais. Este passo é fundamental para garantir que a Amnistia Internacional - Portugal continue a ser uma voz forte e eficaz na defesa dos direitos humanos.

A Direção da Amnistia Internacional - Portugal reconhece que a implementação do Comité Independente de Nomeações é uma medida essencial para o fortalecimento e a sustentabilidade da nossa secção. Foram dados passos significativos na definição e preparação deste mecanismo, deixando o caminho trilhado para que a nova liderança possa avançar com a sua concretização, sempre com o envolvimento ativo dos membros da nossa secção. Este é um passo decisivo para assegurar que a nossa organização continue a ser um exemplo de mobilização e gestão democrática, onde as decisões refletem a missão e os valores do nosso movimento global, liderado por pessoas, para pessoas.

A nossa profunda gratidão a todos e todas que contribuíram para fortalecer este caminho conjunto.

O texto na íntegra e referências podem ser lidas no site:

https://amnistia.pt/novos-comecos-uma-chamada-a-acao-pelos-direitos-humanos

ATIVISMO

A MINHA EXPERIÊNCIA NO REGIONAL ACTIVISM SKILLSHARE EM LONDRES

INÊS SANTOS
Coordenadora do Grupo Local de Leiria

Sempre fui daquelas pessoas que achava: "Não vale a pena tentar candidatar-me porque somos tantos em Portugal que nunca me vão selecionar", nem naqueles simples giveaways de Instagram tenho confiança. No entanto, decidi arriscar e candidatar-me ao Regional Activism Skillshare da Amnistia Internacional — e fui aceite! O evento aconteceu em Londres em outubro de 2024 e juntou ativistas e membros das equipas de várias secções europeias da Amnistia, bem como membros do Secretariado Internacional. Foi uma experiência transformadora e quero partilhar convosco um pouco sobre o que aprendi e como isso pode beneficiar o nosso ativismo.

Sou a Inês, tenho 25 anos e sou membro e ativista da Amnistia Internacional desde 2017. Iniciei o meu percurso como membro do Grupo de Estudantes da Amnistia Internacional da Faculdade de Psicologia de Coimbra, onde mais tarde tive a oportunidade de coordenar o

grupo durante dois anos. Atualmente, sou coordenadora do Grupo Local de Leiria.

Confesso que fui sem qualquer expectativa para o encontro, mas super nervosa, para além de ser a minha primeira vez em Londres, o que também contribuiu para o nervosismo, iria conhecer outros ativistas de várias estruturas da Europa e tinha medo de não estar "à altura deles". Porém, não foi nada assim. Estávamos todos lá pela mesma razão e com o mesmo objetivo: Como podemos ser melhores ativistas e empoderar outras pessoas?

O programa do Skillshare foi muito abrangente e abordou vários temas essenciais para melhorar e fortalecer o nosso trabalho. Um dos principais conceitos discutidos foi o de safe space (espaço seguro). Aprendemos sobre a importância de criar ambientes sem hierarquias, onde todos podem partilhar o que sentem, sem receio de dinâmicas de poder. Este conceito fez-me refletir sobre como podemos transformar as reuniões do grupo num espaço onde cada membro se sinta seguro para falar, partilhar ideias, contribuir para as decisões e onde não ocupamos o espaço de outro membro.

Outro tema discutido foi *engaging and retaining activists*, ou seja, como envolver e manter ativistas motivados e comprometidos. Este ponto foi especialmente relevante para mim enquanto coordenadora. Percebi que, para motivar os membros, é fundamental construir relações pessoais autênticas e criar um ambiente onde cada um se sinta valorizado. Tenho pensado em organizar mais atividades informais, como convívios ou debates, para reforçar o sentimento de comunidade. Além disso, tento (nem sempre com sucesso) incentivar todos os membros a assumir responsabilidades de forma gradual, para que se sintam cada vez mais confiantes em liderar e propor novas iniciativas.

Falámos também sobre *learning through listening* (aprender através da escuta).

Neste ponto, discutimos a importância de ouvir ativamente tanto os membros do grupo como as pessoas diretamente afetadas pelas violações de direitos humanos. Isso levou-me a pensar em maneiras de incluir mais testemunhos reais nas nossas ações e eventos. Acredito que amplificar essas vozes pode não só tornar o nosso trabalho mais impactante, mas também sensibilizar mais pessoas para as causas que defendemos.

Um dos momentos mais informativos foi a exploração dos 8 principles *to build people power with quity* (os 8 princípios para construir poder com equidade): Escutar quem é diretamente afetado; aceitar e promover mudanças culturais; criar espaços (mais) seguros e inclusivos; partilhar e amplificar vozes; construir relações pessoais; promover liderança e confiança; dar espaço à autonomia dos ativistas; fortalecer a sensação de comunidade.

Estes princípios trouxeram-me várias ideias práticas para o nosso grupo. Por exemplo, ao criar espaços mais inclusivos e promover mudanças culturais, podemos garantir que todos os membros — independentemente da sua experiência ou contexto — se sintam à vontade para participar ativamente. Além disso penso que a ideia de celebrar as pequenas vitórias é algo que podemos aplicar no nosso ativismo, não precisamos só de celebrar as grandes conquistas, os pequenos passos e ações são muitas vezes o princípio de algo maior e mais impactante.

Por fim, refletimos sobre como tornar o nosso ativismo mais inclusivo. Este tema foi transversal a toda a formação e sublinhou a importância de reconhecer as diversas experiências e perspetivas dos ativistas.

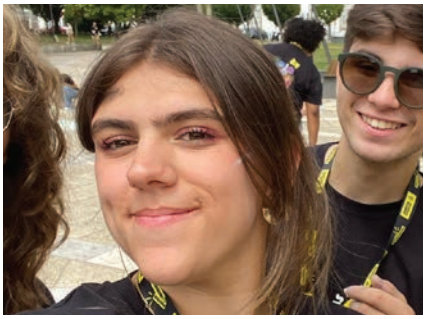
Um outro dos momentos mais marcantes desta experiência foi, sem dúvida, a participação na manifestação para exigir o cessar-fogo em Gaza e Israel. Foi algo que me marcou profundamente: ver tantas pessoas (mas mesmo muitas!) a gritar numa só voz pelo fim do conflito. Este momento poderoso mostrou-me a força que a solidariedade e o ativismo coletivo podem ter. Inspirou-me a pensar em como podemos trazer essa energia para as ações locais em Leiria, talvez organizando atividades mais visíveis e abertas à comunidade, para mostrar que juntos temos poder.

Esta experiência deu-me ferramentas muito úteis para continuar enquanto ativista e coordenadora. Acredito que, ao promovermos um ativismo mais inclusivo, colaborativo e comprometido, conseguiremos ter um impacto ainda maior na defesa dos direitos humanos. Espero que estas aprendizagens possam ser uma inspiração para todos os que fazem parte da Amnistia Internacional!.

ATIVISMO

MULTIPLICAR A MARATONA, UM TESTEMUNHO.

Alô, alô! O meu nome é Leonor, tenho 18 anos e estou no meu primeiro ano de Direito na Universidade Nova de Lisboa. É sempre com muito gosto que escrevo e participo em ações da Amnistia Internacional e, por isso, deixo aqui o meu testemunho!



Envolvi-me com a Maratona de Cartas e com as ações da Amnistia através do Programa Escolas Amigas dos Direitos Humanos (EADH). Um programa que, para além de todo o conhecimento que tenho atualmente sobre ativismo e direitos humanos, também me trouxe amizades ativistas com as quais posso contar! A primeira vez que ouvi falar da Maratona foi em 2021, quando frequentava o meu 10.º ano na Escola Secundária do Fundão, na qual, ainda hoje, existe o Clube dos Direitos Humanos aliado ao programa EADH! Foi talvez na sessão de apresentação da Maratona à minha turma, conjugado ao facto da professora Catarina Crocker – minha professora de Filosofia – ser coordenadora do programa na escola, que surgiu o bichinho de conhecer a Amnistia e todo o seu trabalho! E hoje, ainda estou aqui! Entrei no clube e comecei a envolver-me em mais ações, mas sempre com um especial gosto pela Maratona, pois é aquela que tem uma repercussão enorme a nível global. Na minha opinião, a Maratona é uma ocasião para mostrar às pessoas que, ao gastarem poucos minutos da própria vida, ao assinarem as petições, podem

melhorar por completo a vida de outras pessoas, em outras partes do mundo!

Ao longo dos anos, sempre tive noção de que todos os casos são importantes, mas existem sempre alguns que nos chamam mais à atenção. Para mim, quando penso na Maratona, relembro o caso de Ahmed Mansoor, do ano passado, preso por usufruir da sua liberdade de expressão, e o de Aleksandra Skochilenko, que se opôs à invasão russa na Ucrânia. Este ano, alguns dos casos cativaram-me rapidamente. O caso de ativista política Maryia Kalesnikava que, tal como muitos ativistas à volta do mundo, tem sido presa injustamente por participar em manifestações pacíficas e por ser contra o sistema político repressivo do seu país, a Bielorrússia. Neste momento, Maryia está presa em condições deploráveis e durante mais de um ano foi-lhe negada qualquer comunicação com a família estando isolada dos outros reclusos dentro da prisão. Outro caso, é o da Professora Şebnem Korur Fincancı que está a ser acusada de "fazer propaganda a favor de uma organização terrorista" e poderá ser condenada outra vez, apenas por fazer o seu trabalho enquanto especialista na área de investigação de medicina forense. O contributo desta professora é fundamental a nível mundial, já que o seu trabalho e estudos ajudam não só as pessoas de forma individual, como instituições globais como a ONU e a OMS.

Na Amnistia, existem várias formas de agir e apelar para que as pessoas assinem as petições e participem nas ações propostas. Este ano, ao entrar na universidade, procurei explicar aos amigos mais próximos que fiz o que era a Amnistia (caso ainda não conhecessem) e o que é a Maratona de Cartas, comentando sempre a grande importância que tem. Quando frequentava o secundário, os meus colegas do clube e eu, procurávamos ir às turmas em tempo de aulas para

apresentar os casos de cada ano, explicando a importância de ajudar aquelas pessoas e que o ato de assinar uma petição tem efeitos! Ainda na escola, fizemos exposições com os casos do ano passado que, para além de poderem ser vistos pela comunidade escolar, tinham o grande objetivo de apresentar quem são as pessoas que podemos ajudar e claro, incentivar à subscrição das petições. Além disto, como faço parte da crew, o grupo de jovens que dinamiza o MAPA, participei recentemente numa conversa online com a apresentação dos casos deste ano aos outros ativistas do MAPA que procuraram informar-se sobre a Maratona para explicarem a iniciativa nas suas escolas ou grupos de amigos.

Quando penso no significado que a Maratona tem para mim eu diria que, acima de tudo, a Maratona é união! Não é apenas mais uma ação da Amnistia, é uma onda de ação que move milhões de pessoas em tudo o mundo e é isso que ainda me dá esperança em acreditar que há pessoas que querem ajudar os outros de forma altruísta. Além disto, a importância da Maratona não é só salvaguardar os direitos de outros, mas também, relembrar que por vezes os direitos não são tão garantidos quanto parecem. O que às vezes achamos que é sempre nosso por direito, é passível de nos ser retirado.

Apelo a todos que se juntem à Maratona! E que tenham a curiosidade de conhecer mais sobre a Amnistia e o ativismo. Quando falo sobre tudo isto, o que gosto sempre de reforçar é que uns minutos da nossa vida a assinar e a tentar ajudar estas pessoas podem, sim, mudar a vida toda delas! Por um mundo mais unido, protege a liberdade!

ROSTO DO ATIVISMO

Manuel Almeida dos Santos

Ao longo de décadas, o Almeida dos Santos construiu um legado de dedicação e impacto na defesa dos direitos humanos. Desde os primeiros passos na Amnistia Internacional até aos momentos mais desafiantes da sua liderança, a sua trajetória é um exemplo vivo de como a determinação e o compromisso podem transformar causas em conquistas.

Este testemunho é um tributo à perseverança e à crença de que cada ação pode contribuir para um mundo mais humano e solidário.

1. FALE-NOS UM POUCO SOBRE O SEU PERCURSO NA AMNISTIA.

Entrei para a A.I. em 1985, com a minha inscrição numa banca do Grupo Local 6-Porto, montada na Avenida dos Aliados, aquando das comemorações do 1º de Maio, tendo a conversa sobre a inscrição sido trocada com a Cristina Pinto que já integrava o Grupo. Na semana seguinte participei na reunião do Grupo, maioritariamente constituído por estudantes da Faculdade de Medicina do Porto. No ano seguinte, 1986, fui eleito para a Direção da Secção Portuguesa, seguindo-se, por várias vezes, o exercício de mandatos na Direção, como vogal (pelouros da formação, imprensa e programa de língua portuguesa), tesoureiro e presidente da Direção. O último mandato foi o de presidente da assembleia geral em 2015/2017. Além de membro do Grupo Local 6 Porto fui coordenador do Grupo Local 20 Vila Nova de Gaia e do Cogrupo Sobre os Direitos das Crianças. Fiz parte das delegações da Secção Portuguesa aos ICMs (reuniões do Conselho Internacional) de 1987 (Brasil), 1989 (Irlanda), 1991 (Japão), 1993 (Estados Unidos da América) e 1995 (Eslovénia). Integrei a EDAI (estrutura para publicações em língua castelhana) durante vários anos, representando a Secção Portuguesa e o Secretariado Internacional em várias reuniões nas seções da América Latina.

Significativo foi, também, o relacionamento pessoal com o secretário geral do Secretariado Internacional, Pierre Sané, nomeadamente com a criação de uma estrutura informal de grandes líderes internacionais, de natureza confidencial, que englobou o ex-presidente português Mário Soares, destinada a pressionar e influenciar responsáveis políticos mundiais para casos graves de violações de direitos humanos. A sua natureza confidencial levou a que não fosse dado

conhecimento público desta estrutura nem dos casos em que interveio, pelo que só poucas pessoas dentro da A.I. souberam da sua existência, assim como não foi dado conhecimento aos órgãos de comunicação social.

2. QUAL FOI O SEU MAIOR DESAFIO ENQUANTO PRESIDENTE DA AMNISTIA INTERNACIONAL EM PORTUGAL?

Os maiores desafios que se colocavam, na altura, era dotar a secção portuguesa de autonomia financeira e de aumentar a divulgação dos direitos humanos em Portugal com publicações em língua portuguesa. Tal foi conseguido com ações de angariação de fundos, através de cartas-apelo, e com a aprovação do Programa de Língua Portuguesa suportado pelo orçamento internacional.

Um outro desafio de grande destaque relacionou-se com o combate a uma tentativa de alterar a Constituição da República Portuguesa, em 1997, que permitiria a extradição para países em que vigorava a pena de morte. Conseguimos impedir tal alteração através de várias ações, entre as quais uma ação urgente, desencadeada pelo secretariado internacional, que envolveu todo o movimento internacional (foi a única ação urgente sobre Portugal após o 25 de Abril de 1974).

3. OLHANDO PARA TRÁS O QUE CONSIDERA QUE APRENDEU?

A minha entrada na Amnistia Internacional mudou muito a minha vida, com o aumento da minha sensibilidade para com os direitos humanos, com destaque para os valores da liberdade, da igualdade, da fraternidade, do perdão e da misericórdia. Tal aprendizagem permitiu que me dedicasse, por exemplo, ao voluntariado nas prisões, locais em que são frequentes tratamentos cruéis, desumanos e degradantes.

4. COMO VÊ O PANORAMA DOS DIREITOS HUMANOS EM PORTUGAL?

Em Portugal, e em todo o mundo, assiste-se a um retrocesso civilizacional, com o desrespeito de tratados e convenções que consagram os direitos humanos universalmente consagrados, construídos, maioritariamente, na segunda metade do século XX, tais como o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, a Convenção dos Direitos da Criança, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, etc…

Isto traduz-se em elevados índices de pobreza com um fosso escandaloso entre pobres e ricos, elevados valores de crianças sinalizadas nas CPCJs - Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (desde há muitos anos que, em Portugal, são acompanhadas, anualmente, mais de 70.000 crianças pelas CPCJs), nas más condições prisionais (a comprovar tal são as frequentes condenações de Portugal pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos devido às más condições prisionais. Só neste ano de 2024 o Governo Português foi condenado a indemnizar vários reclusos num valor total de várias centenas de milhar de euros) e num elevado número de reclusos nas prisões (por exemplo, o tempo médio de cumprimento de pena de prisão em Portugal é cerca do triplo da média da União Europeia), no aumento do número de pessoas com problemas de saúde mental, na elevada iliteracia nos setores da justiça, da saúde, da comunicação social, etc…

O egoísmo, o ódio, a repressão, a punição e a vingança estão a ofuscar a tolerância, a compreensão, o amor, a partilha e o respeito pelos outros. E isto, quer no comportamento de muitas pessoas, quer na ação de muitos responsáveis políticos.

5. QUE CONSELHO DARIA A ALGUÉM QUE SE ESTÁ A TORNAR MEMBRO DA AMNISTIA NOS DIAS DE HOJE?

Todas as pessoas que se motivam para integrar organizações de serviço à comunidade, como a Amnistia Internacional, devem colocá-las como parte importante da sua vida, e não como coisa acessória que fica, sistematicamente, para o fim do seu tempo livre. Logo, tem de haver tempo e motivação para a dedicação, estudo e intervenção.

6. O QUE É QUE O CONTINUA A MOTIVAR PARA O ATIVISMO?

A motivação para o ativismo tem por base a constatação de que estamos a caminhar para um futuro mais sombrio no respeito pelos direitos humanos. Todos devemos ter presente a nossa obrigação de não deixar para os vindouros um mundo pior do que aquele que herdamos e em que vivemos.

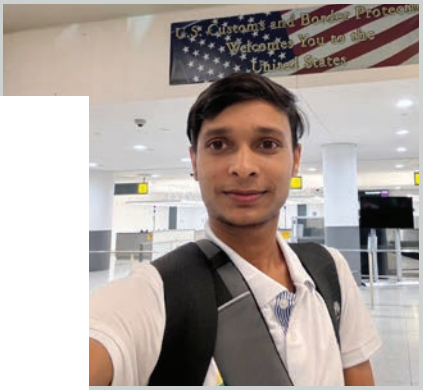
7. SENTE QUE FEZ E CONTINUA A FAZER PARTE DA MUDANÇA?

Até aos finais do século passado sinto que contribuí para o progresso dos direitos humanos. Infelizmente, a dinâmica negativa dos últimos anos, desde o início deste século, está a impedir a mudança para um mundo melhor, sentindo-me triste com esta regressão civilizacional. Mas não devemos desistir de continuar na defesa, aprofundamento e promoção dos direitos humanos.

A Maratona de Cartas muda de facto vidas! Damos aqui um exemplo das boas notícias pelas quais os milhares de assinaturas recolhidas nas últimas edições da Maratona de Cartas foram responsáveis!

BOAS NOTÍCIAS

TRAZIDAS PELA MARATONA DE CARTAS



© Private

Maung Sawyeddollah
Maratona de Cartas 2023/2024

Em agosto de 2017, as forças armadas do Myanmar desencadearam uma repressão mortífera contra os muçulmanos Rohingya. Mais de 620 mil Rohingya, fugiram para o Bangladesh, entre os quais Maung Sawyeddollah, então com 17 anos, e a sua família. Depois de caminharem durante 15 dias, chegaram ao campo de refugiados de Cox's Bazar no Bangladesh.

Sawyeddollah iniciou uma campanha para que a Meta, proprietária do Facebook, assumisse a responsabilidade pela forma como os seus algoritmos amplificaram o incitamento anti-Rohingya no Facebook: queria que a Meta indemnizasse as comunidades Rohingya, financiando programas educativos nos campos de refugiados de Cox's Bazar. Na Maratona de Cartas 2023/2024, mais de 476 mil juntaram-se a Sawyeddollah neste apelo.

Apesar de ainda não ter havido resposta oficial da Meta, graças à notoriedade que o seu caso ganhou com a Maratona de Cartas e ao apoio da equipa da Amnistia, em agosto de 2024, Sawyeddollah obteve um visto de estudante e mudou-se para os EUA para estudar. Chegou a Nova Iorque a 19 de agosto de 2024 e é agora um estudante internacional na Universidade de Nova Iorque.

"Estendo os meus sinceros agradecimentos aos meus pais, família, amigos e simpatizantes que me encorajaram a lutar. Estou especialmente grato a muitas pessoas e organizações, incluindo a Amnistia Internacional, sem cujo apoio esta viagem não teria sido possível", disse Sawyeddollah.

Aleksandra Skochilenko (Sasha)
Maratona de Cartas 2022/2023

Aleksandra Skochilenko foi detida pelas autoridades russas em abril de 2022, depois de ter substituído cinco etiquetas de preço num supermercado por informações sobre a invasão russa da Ucrânia. Foi acusada de divulgar "informações falsas" sobre as atividades militares do país e condenada a sete anos de prisão.

Sasha, como é conhecida, foi uma das pessoas em destaque na Maratona de Cartas 2022/2023, gerando mais de 594 mil ações em seu favor. Em agosto de 2024, depois de muita pressão pública não só durante a Maratona de Cartas mas nos meses que se seguiram, a artista e ativista anti-guerra foi libertada numa troca histórica de prisioneiros em agosto de 2024.

"Quero dizer um enorme obrigado à Amnistia Internacional. É difícil expressar a minha gratidão em palavras, porque, em grande medida, estou aqui graças a vós", disse Sasha após a sua libertação.

© Amnesty International

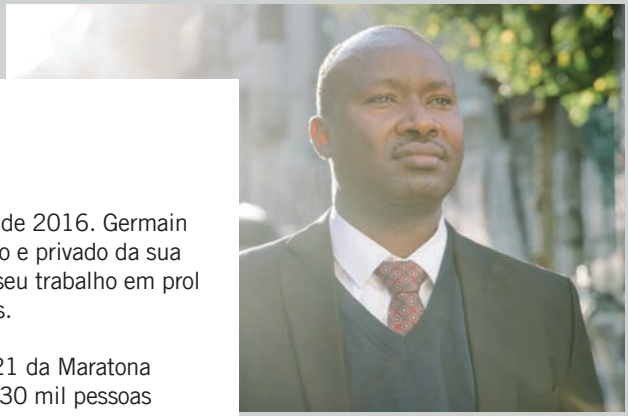
© Pierre Crom for Amnesty International

Bernardo Caal Xol

Maratona de Cartas 2021/2022

Bernardo Caal Xol, professor indígena de 50 anos, sindicalista e defensor dos direitos do povo indígena Maya Q'eqchi' e dos direitos à terra, territoriais e ambientais, foi injustamente detido a 30 de janeiro de 2018 por defender os direitos das comunidades Maya Q'eqchi' afectadas pela construção de um projeto hidroelétrico no sagrado rio Cahabón, no departamento de Alta Verapaz, no norte da Guatemala. Apesar da falta de provas factuais para sustentar as acusações, a 9 de novembro de 2018, o tribunal de Cobán condenou-o a 7 anos e 4 meses de prisão pelos crimes de roubo agravado e detenção ilegal agravada.
Depois de em julho de 2020, a Amnistia Internacional ter nomeado Bernardo Caal Xol prisioneiro de consciência, ele foi um dos rostos da Maratona de Cartas 2021/2022, durante a qual pessoas de todo o mundo escreveram mais de 500 mil cartas apelando à sua libertação. A 24 de março de 2022, após mais de quatro anos de prisão, Bernardo Caal Xol foi libertado.

"A Amnistia Internacional deu-me esperança de liberdade e agora sou livre. Estou com a minha família, com as minhas filhas, com a minha companheira. A minha mãe já chorou de felicidade por me ver livre. Obrigado a cada um de vós por enviarem e partilharem as vossas cartas.", afirmou Bernardo após a sua libertação.



©Amnesty International

Germain Rukuki

Maratona de Cartas 2020/2021

Germain Rukuki foi detido a 13 de julho de 2017 em Bujumbura. A 26 de abril de 2018, foi considerado culpado e condenado a 32 anos sob acusações infundadas de "rebelião", "ameaça à segurança do Estado", "participação num movimento insurrecional" e "atentado contra a autoridade do Estado".

As acusações contra Germain baseavam-se na sua afiliação a uma organização da sociedade civil, a Action by Christians for Abolition of Torture (ACAT-Burundi), cujo registo foi cancelado pelo Governo do Burundi em outubro de 2016. Germain Rukuki foi perseguido e privado da sua liberdade devido ao seu trabalho em prol dos direitos humanos.

Na edição 2020/2021 da Maratona de Cartas, mais de 430 mil pessoas em todo o mundo escreveram cartas a apelar à libertação de Germain. As suas palavras fizeram a diferença e em julho de 2021, Germain foi libertado e meses mais tarde pode sair do país para se reunir com a sua família.

BREVES

"ISTO É GENOCÍDIO. TEM DE ACABAR JÁ"

Uma investigação da Amnistia Internacional encontrou bases suficientes para concluir que Israel cometeu e continua a cometer genocídio contra os palestinianos na Faixa de Gaza ocupada, afirmou a organização num novo relatório de referência publicado no dia 5 de dezembro. O relatório *"É como se fossemos sub-humanos": O genocídio de Israel contra os palestinianos em Gaza* demonstra que Israel levou a cabo atos proibidos pela Convenção sobre o Genocídio, com a intenção específica de destruir os palestinianos em Gaza.

Estes atos incluem assassinatos, causar lesões corporais ou mentais graves e infligir deliberadamente aos palestinianos em Gaza condições de vida calculadas para provocar a sua destruição física. Mês após mês, Israel tem tratado os palestinianos em Gaza como um grupo sub-humano indigno dos direitos humanos e da dignidade, demonstrando a sua intenção de os destruir fisicamente.

"As nossas conclusões condenatórias devem servir de alerta para a comunidade internacional: isto é genocídio. Tem de acabar já", afirmou Agnès Callamard, secretária-geral da Amnistia Internacional.

AMNISTIA INTERNACIONAL ELEGE NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A Amnistia Internacional – Portugal elegeu os seus novos órgãos sociais, numa Assembleia Geral realizada no dia 14 de dezembro, na sede da organização, em Santo Amaro, Oeiras.

Para a Direção, foram eleitos Bruna Dias, Cláudia Pedra, Inês Nunes e Rodrigo Cardoso, mantendo-se em funções Ianira Vieira. David Ávila foi eleito tesoureiro.

Armando Borlido renovou o seu mandato como presidente da mesa da Assembleia Geral, sendo acompanhado por Maria Manuel Batista como vice-presidente.

O Conselho Fiscal e de Responsabilização passa a ser constituído por José Marcos Mavungo, Manuel Ferreira e Ricardo Henriques.

Estes membros foram eleitos para mandatos de três anos.

Na Assembleia Geral foram ainda aprovados o Programa Operacional e Orçamento para 2025, bem como um documento com a "Estratégia do Ativismo".

DE PORTAS ABERTAS PELOS DIREITOS HUMANOS

A Amnistia Internacional – Portugal celebrou o Dia Internacional dos Direitos Humanos com um dia de portas abertas. A nova sede da organização, em Santo Amaro, Oeiras, foi palco de um evento especial que, durante o dia 10 de dezembro, proporcionou um momento de promoção dos direitos humanos e da Maratona de Cartas.

O encontro foi também espaço para agir por um mundo mais justo e com respeito pelos direitos de todos. Foram pintadas aguarelas, com símbolos sobre a paz, e desenhadas e escritas mensagens em postais para Manahel, Maryia, Neth, Kyung, Şebnem e a comunidade Wet'suwet'en, os seis casos que a Secção Portuguesa acompanha na Maratona de Cartas.

Coimbra, Estremoz e Ponta Delgada foram outras três paragens obrigatórias neste Dia Internacional dos Direitos Humanos, com debates e sessões de esclarecimento. Também pelas escolas, de norte a sul, muitos foram os estudantes que dedicaram uma parte do seu dia a atividades no âmbito do dia internacional.

PARA 468 MILHÕES DE CRIANÇAS, OS SEUS DIREITOS NÃO PASSAM DE UMA FANTASIA!

CAMPANHA DRTV COM CRIATIVIDADE BAR OGILVY, PRODUZIDA PELA SHOW OFF I MOLA E PLANEAMENTO DE MEIOS DA WAV MAKER.

"A Convenção dos Direitos da Criança deveria ser um compromisso inviolável com as crianças de todo o mundo. Mas, para milhões de crianças, é apenas uma história de boas intenções que nunca chega a concretizar-se."

Afirma Ângela Ferreira João, Diretora de Angariação de Fundos da Amnistia Internacional Portugal.

Hoje, mais de 468 milhões de crianças vivem em zonas de conflito, vítimas silenciosas de uma realidade cruel que lhes rouba a infância. Enquanto nos preparamos para o Natal, um quarto da humanidade, 2 mil milhões de pessoas tentam sobreviver a um dos 30 conflitos ativos no mundo. Com criatividade da Bar Ogilvy, a Amnistia Internacional lançou a campanha **"Para 468 milhões de crianças, a Convenção sobre os Direitos da Criança não passa de uma fantasia"**, retratando pais a lerem aos filhos os direitos fundamentais, previstos na Convenção, como se fossem histórias de encantar. Uma narrativa doce, confortável e carinhosa que contrasta brutalmente com a realidade de tantas crianças que vivem em zonas de guerra, para quem esses direitos não passam de fantasias.

Assinada por 196 países, a Convenção garante o direito à vida, proteção, educação e dignidade. **No entanto, para milhões de crianças, continua a ser uma promessa vazia, uma fantasia!** O impacto das guerras sobre as crianças é esmagador. Uma criança que vive numa zona de conflito tem uma probabilidade sete vezes superior à de um adulto de morrer. O seu sofrimento não acaba aí. A falta de acesso a alimentação, água potável, cuidados de saúde, proteção social e educação não só ameaça a sua vida, no imediato, como compromete o seu futuro, num grave impacto ao seu desenvolvimento físico e emocional.

"Nós não podemos acabar com a guerra amanhã, infelizmente, mas podemos lutar hoje para proteger estas crianças. Podemos lutar para lhes garantir acesso ao que qualquer criança deveria ter: segurança, saúde, educação e um futuro com dignidade. O objetivo, desta campanha, é a aquisição de doadores regulares para a nossa organização, **cuja generosidade permite à organização continuar a sua luta pelos direitos humanos. Mas é também um sinal de esperança: uma forma de dizer a estas crianças que elas importam, que não estão esquecidas e que há alguém, em algum lugar, que luta por elas."**, conclui Ângela com a determinação de quem acredita que o poder da solidariedade pode mudar vidas.

Para o novo ano, o nosso apelo é claro: não deixar cair estas crianças em esquecimento. a sua ajuda é a luz na escuridão.

Conheça aqui a campanha: www.amnistia.pt/doar e ajude-nos a transformar uma fantasia em realidade. Porque todas as crianças merecem um futuro. Todas sem exceção.

Para saber como pode ajudar, visite: www.amnistia.pt/doar

DOE AGORA

MB WAY

939 076 340

Durante as guerras, os países devem garantir a proteção e o cuidado das crianças, de acordo com as obrigações do direito humanitário internacional.

ARTIGO 38 ALÍNEA 4

PARA 468 MILHÕES DE CRIANÇAS
A CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA
NÃO PASSA DE UMA FANTASIA

AMNISTIA INTERNACIONAL